

ação suficiente para todos

DF - Curadoria

quer punir colégios

O Curador de Defesa do Consumidor, Amarílio Tadeu, impetrará segunda ou terça-feira próximas representação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) pedindo o cumprimento do Decreto 95.921, que alterou os critérios de reajuste das mensalidades cobradas pela rede privada de ensino.

A decisão da Curadoria foi tomada depois de constatar que escolas da rede privada não estão reembolsando diferenças cobradas a mais durante a vigência do sistema de liberdade vigiada, revogado pelo Governo. As reclamações contra estabelecimentos de ensino marcam novo recorde no mapa de denúncias do Procon: apenas nos seis primeiros meses do ano, o órgão registrou cerca de quatro mil ocorrências.

As diferenças a mais cobradas antes do Decreto 95.921, só serão devolvidas por decisão judicial, de acordo com posição manifestada pela Federação Nacional dos Estabelecimentos Privados de Ensino. A entidade entende que as afiliadas estão dispensadas da devolução e considera que o novo decreto não obriga à restituição. O texto da representação ao TJDF deverá ser finalizado neste final de semana pelo curador Amarílio Tadeu.

ALVORADA

Até terça-feira a direção do Colégio Alvorada responderá ao pedido dos pais de alunos de deduzir cerca de Cz\$ 5 mil nas mensalidades do mês de maio. O pagamento está suspenso, e ontem uma comissão integrada à Associação de Pais de Alunos solicitou à escola a redução das mensalidades de Cz\$ 15 mil para Cz\$ 10 mil. De acordo com o presidente da Apa, Luiz Cassemiro, o estabelecimento cobra acima do que permite o Decreto 95.921.

Anteontem à noite mais de 300 pais de alunos do Alvorada se reuniram no próprio colégio para tentar barrar os aumentos abusivos. Em dezembro, a mensalidade era de Cz\$ 1 mil 672. Insatisfeitos com os valores atuais, eles garantem que recorrerão à Justiça, caso a escola não atenda, até a próxima terça-feira, o pedido de diminuição.

Procon cobra investigação

A diretora do Procon, Elisa Martins, disse ontem que continuará cobrando do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) resposta às quatro mil reclamações de pais de alunos contra aumento abusivos nas mensalidades escolares. Segundo Elisa Martins, o CEDF é o único órgão que não responde às denúncias encaminhadas pelo Procon. Ela afirmou que a população espera explicações do órgão encarregado de fazê-lo.

"O Conselho deve satisfações ao consumidor. O Procon nada tem feito além de cobrar dos órgãos públicos o cumprimento de seus deveres com relação ao contribuinte, que é quem mantém o próprio serviço público, pagando as contas através dos impostos que recolhe", enfatizou Elisa Martins.

A respeito do ofício encaminhado ao governador José Aparecido pelo Conselho de Educação, reclamando das críticas formuladas pela diretora do Procon, Elisa foi taxativa: "Continuaremos questionando não apenas o Conselho mas qualquer serviço público que não estiver atendendo às denúncias do público consumidor".

Ela fez um apelo à imprensa, no sentido de fiscalizar o trabalho do Conselho, como faz com o Procon: "A imprensa tem sido a maior fiscal do nosso trabalho".

CORREIO BRAZILIEIRO
4 JUN 1988